



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

Juliana Gonçalves Ribeiro de Carvalho

A criação do Sphan: disputa em torno da política patrimonial no governo Vargas.

Brasília/DF

2021

JULIANA GONÇALVES RIBEIRO DE CARVALHO

A criação do Sphan: disputa em torno da política patrimonial no governo Vargas.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura em História.

Orientadora: Profa. Dra. Eloísa Barroso

Brasília – DF, 11 Maio de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Eloísa Pereira Barroso

Prof. Dra. Ana Lúcia de Abreu Gomes

Átila Bezerra Tolentino
(Gestor de Políticas Públicas/ Doutorando UFPB)

Brasília/DF
2021

Resumo

Antes da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), outros órgãos estaduais e nacionais administravam a conservação e a preservação do patrimônio no Brasil. A pesquisa em tela tem como objetivo compreender como se deu a substituição de um desses órgãos, a Inspetoria de Monumentos Nacionais, fundada em 1934, pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), em 1937. Acredita-se aqui que a Inspetoria de Monumentos Nacionais foi substituída pelo Sphan por dois principais motivos — ideológico e nacionalista. Busco nas fontes as justificativas políticas, normativas e ideológicas que embasassem tal fato de modo a compreender ao longo da pesquisa, subsidiada pelo método indiciário, os vestígios percebidos nas fontes selecionadas que tornaram possível estabelecer análises para entendermos às demandas internas e externas que o governo tinha para a adequação dos projetos do governo a um projeto de “Estado-Novo”.

Palavras-chave: Política de Patrimônio. Cultura. Getúlio Vargas. Sphan. Inspetoria de Monumentos Nacionais.

Abstract

Before the creation of the Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) other national institutions used to manage the conservation and preservation of Brazilian heritage. This undergraduate study tries to identify reasons to explain why the Inspetoria de Monumentos Nacionais, created in 1934, was substituted by the Sphan created in 1937. It is believed that the Inspetoria de Monumentos Nacionais was substituted by Sphan mostly for ideological and nationalist motives. In the analysis, we aim at investigating political, normative and ideological reasons for this substitution, based on the "indiciary paradigm", traces that enable the understanding of national and foreign issues which led to execute the “Estado Novo” project.

Keywords: Political Heritage; Culture; Getúlio Vargas; Sphan; Inspetoria de Monumentos Nacionais.

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer a Nossa Senhora Aparecida por ter sido meu afago de fé em muitos momentos nestes quatro anos e meio de graduação. Agradeço a mim, por não ter desistido antes deste fim. Agradeço aos meus pais, Alexandra Gonçalves Ribeiro de Carvalho e Valmir Ribeiro de Carvalho, pois eles são, depois de mim, o maior pedaço dessa caminhada. O diploma não faz sentido sem eles.

Agradeço aos meus avós, Antônio Alexandre, Antônio Ubiratan, Jovita, Luiz Fernando e Regina Helena, pois estão sempre comigo, seja espiritualmente ou fisicamente. Agradeço ao meu tio, Daniel Ribeiro Maciel, por ter me dado de presente a máquina com que escrevi este trabalho e todos os meus trabalhos escolares e acadêmicos até então, presente eternizado em minha memória afetiva. Agradeço a minha tia, Alexânia Alves, por ensinar a minha mãe o valor do estudo.

Agradeço aos meus amigos, Ana de Souza, Ana Valéria, Bruna Angert, Bruna Luiza, Isabela Marinho, Liliana Daduch, Lisy Gullo, Mariana Penna, Orlando Júnior, e ao meu namorado, Gabriel Rodrigues Soares, por nunca duvidarem de minhas capacidades intelectuais, e sempre me fortalecerem quando eu as esquecia.

Agradeço à minha orientadora, Eloísa Barroso, que me acolheu com carinho sem titubear, e à minha orientadora de iniciação científica, Ana Lúcia Abreu, que me trouxe luz e esperança quando eu estava perdida academicamente. Agradeço a Maria Coeli de Almeida, Maria Paula Taunay e a Raimundo Mendes, pelo meu primeiro estágio e primeiro contato com um arquivo histórico, foram momentos únicos, incríveis e de muito aprendizado que marcaram minha memória.

Por fim, agradeço a todas e todos amigos queridos que participaram da minha trajetória acadêmica, que por falta de linhas não posso nomear, obrigada por cada momento que tive com vocês nesse lugar incrível e mágico chamado: Universidade de Brasília.

Sumário

- 1. Introdução**
- 2. Análise Ideológica: a divergência de pensamentos entre Gustavo Barroso e Capanema..... 11**
- 3. Análise da convergência entre os interesses do governo e os interesses dos modernistas..... 22**
- 4. Análise normativa – 1930 a 1937..... 31**
- 5. Considerações Finais**
- 6. Bibliografia**
- 7. Anexos**

Siglas utilizadas

AIB – Ação Integralista Brasileira

CPDOC/FGV - Centro de Pesquisa e Documentação/ Fundação Getúlio

Vargas CC - Conselho Consultivo do Sphan

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

Dphan – Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural

IMN – Inspeção de Monumentos Nacionais

Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional MHN – Museu Histórico Nacional

MES – Ministério da Educação e Saúde

Span – Serviço de Patrimônio Artístico Nacional

Sphan – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Introdução

A proteção ao patrimônio no Brasil hoje é conhecida pela vasta atuação do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional¹, Diretoria do Patrimônio Histórico Nacional², Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional³, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁴, Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural⁵ e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁶, onde todos esses nomes circundam a trajetória singular de um mesmo órgão. Sua história começou em 1937, quando o decreto-Lei nº378/37 da nova organização ao Ministério da Educação e Saúde e cria o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) no fim do governo democrático de Getúlio Vargas.

Durante a iniciação científica, pesquisei outras instituições que tratam de patrimônio estadual e nacional do século XIX ao fim dos anos 1930, e percebi que há algumas incongruências entre suas atuações e relevâncias nas pesquisas acadêmicas sobre o tema. Dentre as incongruências levantadas, surge o tema que eu escolhi para este trabalho.

A Inspeção de Monumentos Nacionais foi criada em 1934, e sua substituição pelo Sphan – criado pela Lei nº 378 de 1937 – é o que trouxe como problemática. Trata-se de órgãos de função similar, sob um mesmo governo. Sendo assim, quais razões teriam motivado a criação de um novo órgão, sendo que já havia outro

¹ O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) funcionou de 1937 a 1946. Fonte: FONSECA, 2005, p. 239.

² De 1946 até meados da década de 70, o SPHAN passou a funcionar como Diretoria, sendo assim, Dphan. Nesta época, também, ocorreu a mudança do Ministério da Educação e Saúde (MES) para o Ministério da Educação e Cultura (MEC). Fonte: FONSECA, 2005, p. 239.

³ A partir da década de 70, a Diretoria virou Instituto por causa de mudanças estruturais no MEC, sendo assim, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Fonte: FONSECA, 2005, p. 240.

⁴ No fim da década de 70, o Iphan incorporou o Centro Nacional de Referência Cultural e o Programa das Cidades Históricas. Com isso, o Iphan tornou-se Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). O Sphan ainda contava com a Fundação Nacional pró-Memória, órgão auxiliar da secretaria. Fonte: FONSECA, 2005, p. 240.

⁵ Quando Fernando Collor assume a presidência do Brasil, ele extingue o Ministério da Cultura, o Iphan e a Fundação Nacional pró-Memória e cria o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (Ibpc). Fonte: FONSECA, 2005, p. 241.

⁶ Em 1994, com o *Impeachment* de Fernando Collor, o Ministério da Cultura volta a existir e o Ibpc volta a denominar-se Iphan. Fonte: FONSECA, 2005, p. 242.

estruturado e em pleno funcionamento? Além disso, buscarei observar o que essa brusca mudança pode apontar em direção à política nacionalista do presidente Getúlio Vargas, sendo meu recorte historiográfico entre os anos de 1933 a 1937, ou seja, trabalharei com o fim do governo provisório (1930-1934), todo o período do governo constitucional (1934-1937), e o primeiro ano do período denominado Estado Novo (1937-1945).

Diante da coleta das fontes deste período, três tipos de documentação me chamaram mais atenção e, no fim, as organizei em três vertentes de pesquisa. Na primeira vertente de fontes, que corresponde ao primeiro capítulo (Análise Ideológica: a divergência de pensamentos entre Gustavo Barroso e Gustavo Capanema), explorarei as correntes políticas alicerçadas em propostas estéticas de Gustavo Barroso e de Gustavo Capanema, diretor da Inspeção e ministro do Ministério da Educação e Saúde, respectivamente; na segunda vertente, segundo capítulo (Análise da convergência entre os interesses do governo e os interesses modernistas), abordarei a expressão do nacionalismo de Vargas por meio da política de patrimônio e do Ministério da Educação e Saúde (MÊS); e finalmente, na terceira vertente, terceiro capítulo (Análise normativa – 1930 a 1937), analisarei as legislações do período à luz das minhas análises anteriores acerca do tema.

Ao longo deste trabalho, utilizei a leitura e análise de documentos, além do fichamento de cada texto citado na bibliografia. Como metodologia, inspirei-me no método indiciário de Carlo Ginzburg, que consiste na análise mais minuciosa das fontes para chegar a um diagnóstico; ou seja, para responder a minha pergunta de pesquisa, li as fontes mais minuciosamente, o que as fontes e os fatos relatados significavam, e tentei identificar “os indícios imperceptíveis para a maioria” (GINZBURG, 1989, p. 145) para chegar a uma interpretação possível.

No primeiro capítulo, trato da relação sociopolítica entre Gustavo Barroso, Gustavo Capanema e Getúlio Vargas. Os dois primeiros possuem divergências de pensamento e, principalmente, permeiam correntes estéticas distintas que refletem suas políticas patrimoniais, entretanto, desde o início, ambos foram inseridos no governo de Vargas. Gostaria de investigar as diferenças ideológicas e comparar as políticas patrimoniais entre Barroso e Capanema para saber o que fez Vargas

preferir uma política a outra para que, em determinado momento, uma instituição fosse substituída. Pergunto-me – e neste caso, acrescenta-se também a esta primeira etapa da minha tríade de vertentes – a relevância dos museus do patrimônio para a política cultural do presidente Vargas

Contarei para esta primeira parte da pesquisa com os Anais do Museu Histórico Nacional, a tese de Aline Montenegro “Colecionando Relíquias” e seu artigo “De objetos de notável valor a monumentos históricos: a letra e a ação preservacionista da Inspeção de Monumentos Nacionais (1934-1937)”; o livro de Maria Cecília de Londres Fonseca “O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil”; “Comunidades Imaginadas” de Benedict Anderson; “O culto da Saudade: História e passado na criação do Museu Histórico Nacional” de Júlia Furia Costa; “Gustavo Capanema: A construção das relações entre a Intelligentsia Nacional e o Estado no Brasil” de Breno Carlos da Silva; e, por fim, “Tempos de Capanema” de Simon Schwartzman, Helena Maria Bomeny e Vanda Maria Ribeiro Costa.

No segundo capítulo, pretendo analisar a discussão que abarca o nacionalismo de Vargas e sua relação com a política patrimonial ao expor os embates políticos para a formação de um projeto de nação comandada por Vargas, observando o valor do patrimônio para a construção de um ideário de nação. O meu questionamento, então, é o quanto o presidente Vargas de fato está envolvido nas políticas de preservação patrimonial brasileira com o intuito de definir uma nova identidade à nação brasileira.

As fontes que utilizarei no segundo capítulo serão: os Anais do Museu Histórico Nacional, como o capítulo “Intelectuais e Estado: disputas em torno da noção de patrimônio nacional” da autora Márcia Chuva, contido no Anais do Museu Histórico Nacional volume XXXVII, informações do centro de pesquisa CPDOC/FGV, o livro de Cecília Londres Fonseca, as teses de Aline M. Magalhães, a tese de Breno Silva, a tese de Glaci Teresinha Silva, chamada: “A materialização da nação através do patrimônio: o papel do Sphan no regime estadonovista”, e a tese de Tereza Cristina Lima, chamada: “A ação política dos intelectuais no Brasil (1930-1945)”.

Por fim, no terceiro capítulo, pretendo analisar as legislações e tratados acerca

do patrimônio, que se passam no mesmo recorte histórico analisado, dando base jurídica para a política patrimonial. As legislações que analisarei são: o decreto de elevação de Ouro Preto a Monumento Nacional – Decreto nº 22.928/33; o decreto de criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais – Decreto nº 24.735/34; o Pacto Roerich – Decreto nº 1.272/36; o Decreto nº 1087/36, que surge como resposto brasileira ao Pacto Roerich; e o Decreto-Lei nº 25 de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Primeiramente, destacarei a elevação de Ouro Preto a Patrimônio Nacional – Decreto nº 22.928/33, pois isso molda a prioridade dos órgãos ao colocar Minas Gerais, e principalmente Ouro Preto, como prioridade na “fila” de preservação e restauração de monumentos considerados de importância e prioridade nacional. Posteriormente, analisarei o decreto que cria a Inspetoria (Decreto nº 24.735/34), pois pretendo compará-lo com o Decreto-Lei nº 25/37, dentre as comparações, analisar a atuação das duas instituições e apontar (curiosas) ocorrências adotadas pelo Sphan para, de fato, apagar a existência da Inspetoria de Monumentos Nacionais. Finalizarei o terceiro capítulo com as impressões que tive acerca do Pacto Roerich – Decreto nº 1.272/36, do qual o Brasil fez parte, da legislação criada posteriormente em razão do Pacto – Decreto nº 1087/36, das semelhanças do Pacto e a legislação citada com o posterior Serviço de Patrimônio Histórico Artístico Nacional.

No fim deste trabalho, pretendo poder responder a minha pergunta problema com as minhas três vertentes, não excluindo uma vertente da outra, porém sabendo que as três coexistiram, demonstrando, assim, que houve diversos fatores para explicar a substituição da Inspetoria pelo Sphan. Apesar de ter separado a pesquisa em três vertentes, a fim de analisar uma vertente por vez em capítulos separados, não pretendo excluir os resultados que encontrarei em cada capítulo de um contexto mais amplo – creio que os capítulos se complementam. Acerca de cada vertente, pretendo analisar cada fonte em conjunto com as demais, comparando-as em momentos oportunos, como é o caso das legislações citadas acima, mas, também, pretendo analisá-las de forma qualitativa, agregando mais informações sobre o assunto ao trabalho.

Análise Ideológica: a divergência de pensamentos entre Gustavo Barroso e Capanema

Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional desde sua criação foi um dos defensores da cultura e do patrimônio brasileiro no início do século XX, ficando conhecido desde a Primeira República por seus feitos e envolvimento políticos nesta área.

O diretor era reconhecido pela prática museológica do colecionismo; e o que foi denominado pelo próprio Barroso como o “culto da saudade”. O colecionismo se refere a objetos materiais, coleções e acervos, que para Barroso deveriam permanecer em museus devido sua importância histórica. Barroso, ficou conhecido por cultivar muitos acervos militares desde o início do Museu Histórico Nacional, em 1922, e suas práticas tradicionais, baseados no valor de antiguidade, era rejeitado pelos intelectuais modernistas⁷. O “culto da saudade” é a valorização das tradições e objetos antigos que de alguma maneira representavam o passado, como é definido pelo próprio Barroso, com seu pseudônimo João do Norte, nos Anais do MHN volume XXIX. Esta prática era muito valorizada por Barroso e, segundo ele, bastante exercida na Europa e não cultuada no Brasil, para ele “o culto da saudade ainda não é para nós (brasileiros)” (Anais MHN volume XXIX, 1997, p.34).

Outro ponto interessante ao falar de Gustavo Barroso, e outros intelectuais preocupados com a patrimonialização do passado, é o que Julia Furia Costa chama em sua tese de “agências educativas e civilizatórias”, em: “O Culto da Saudade: História e passado na criação do Museu Histórico Nacional (1922-1924)”. Segundo a autora, para Barroso, os museus, suas exposições e eventos eram indispensáveis para a construção da nação para que surgisse um sentimento comum de “comunidade imaginada” no Brasil. O conceito “comunidade imaginada” foi desenvolvido por Benedict Anderson, em seu livro “Comunidades Imaginadas: reflexão sobre a origem e a difusão do nacionalismo” ao desenvolver o conceito de nação como “uma comunidade política imaginada” (p.32) formada por indivíduos que se identificam com aspectos comuns

⁷ MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando Relíquias*. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. P. 55

imaginados, pois estes jamais conhecerão e encontrarão a maioria de seus companheiros da nação.

A criação do Museu Histórico Nacional⁸ por Barroso, se fez diante destas características, com o propósito de legitimação da república, afirmação do Estado Nacional e o sentimento patriota comum nos brasileiros. Barroso também defendia a atuação do poder público para criar e implementar políticas de estímulo educacional que saíssem do espaço escolar e incluíssem o museu, ou seja, o Museu Histórico Nacional tornou-se de fato um agente educativo e civilizador.

Barroso foi diretor do Museu de 1922 a 1930, quando foi substituído por Rodolfo Garcia, pois apoiou Júlio Prestes nas eleições para a presidência da república em 1929, ou seja, logo que Vargas toma o poder, ele substitui Barroso no cargo de Diretor do MHN. Porém, isto não dura tanto tempo, pois já em 1932, Barroso volta a ser diretor do então museu e fica neste cargo até 1959, ano de seu falecimento⁹.

A proposta para a Inspeção surgiu em 1931¹⁰, quando Rodolfo Garcia, diretor do Museu Histórico Nacional entre 1930 a 1932, sugeriu ao Ministério da Educação e Saúde (responsável pela pasta da cultura à época) e ao governo federal uma entidade que zelasse pelo patrimônio histórico vinculada ao MHN. Nesta sugestão, o diretor do MHN seria o responsável pelos trabalhos desenvolvidos, sem ônus para os cofres da nação,¹¹ já que ele não via a necessidade da criação de um órgão para tais funções, pois isso demandaria mais orçamento público. Na bibliografia estudada não há indícios de análise da proposta de Garcia até o surgimento da proposta de Barroso em 1934.

Barroso, junto com Washington Pires – ministro da Educação e Saúde de 1930 a 1934 – e seu chefe de gabinete, criam em uma noite de 1934 a Inspeção de

⁸ A criação do Museu Histórico Nacional por Barroso também não exclui a tentativa dele de valorizar uma memória monarquista, aristocrática e militar, característico do fim da década 1910. Fonte: MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. No Norte da Saudade: Esquecimento e memória em Gustavo Barroso. São Paulo, 2006.

⁹ COSTA, Júlia Furia. O “Culto da Saudade”: História e passado na criação do Museu Histórico Nacional (1922-1924). Brasília, 2013. p. 108.

¹⁰ Antes da proposta de Rodolfo Garcia, outras três propostas - mais elaboradas que a proposta da Inspeção - foram apresentadas para o Congresso, sendo a melhor delas apresentada por Wanderley Pinho. Todas as propostas foram recusadas, pois havia entraves acerca das políticas de desapropriação de propriedade. Fonte: MAGALHÃES, Aline Montenegro. Colecionando Relíquias. Rio de Janeiro, 2004, p. 73-75.

¹¹ MAGALHÃES, Aline Montenegro. De objetos de notável valor a monumentos históricos: a letra e a ação preservacionista da Inspeção de Monumentos Nacionais (1934-1937). in: 90 anos do Museu Histórico Nacional, 2012, p. 159.

Monumentos Nacionais, como mostra o trecho abaixo redigido pelo próprio Gustavo Barroso no IV volume dos Anais do Museu Histórico Nacional, especificamente no capítulo denominado como “A defesa do Nosso Passado”:

(...) o Ministro da Educação Dr. Washington Pires, influenciado pela exposição que lhe fiz apoiado por seu Chefe de Gabinete, Heitor de Faria, decidiu comigo, numa noite, a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais, primeiro organismo oficial no Brasil encarregado da defesa dos nossos monumentos, posto sob a minha direção. (...)

Neste capítulo também, Barroso deixa claro que o Sphan é uma continuidade mais abrangente e com mais recursos que a Inspetoria, ou seja, por mais que o propósito inicial da Inspetoria fosse usar recursos do Museu Histórico Nacional, Barroso salienta que o Serviço tinha sim mais investimento e atenção do governo que a Inspetoria, justificando sua substituição.

Dois dias antes de ser outorgada a Constituição do Governo Provisório, é criada a Inspetoria de Monumentos Nacionais pelo Decreto-Lei nº 24.735, em 14 de julho de 1934, tendo como principais objetivos e deveres: (I) a elaboração de um catálogo dos edifícios de assinalado valor e interesse artístico-histórico existentes no país, “propondo ao Governo Federal os que se devam declarar em decreto Monumentos Nacionais”; (II) entrará no entendimento com os governos dos Estados para uniformizar a legislação de proteção e conservação dos Monumentos Nacionais, a guarda e fiscalização de objetos históricos-artísticos, cabendo aos estados o encargo destes serviços em seus devidos territórios.

Apesar desses dois eixos de trabalho da Inspetoria, esta só desenvolveu um trabalho, que foi a restauração de monumentos em Ouro Preto em 1935, já que sua existência foi efêmera, com o surgimento oficial do Sphan em 1937. Esta restauração chama atenção por diversos motivos: primeiramente, o serviço de restauração não está bem respaldado pela legislação da Inspetoria, ao apresentar apenas um artigo sobre o assunto, artigo 77, que nada tem relação com o parágrafo único definidor das funções da Inspetoria, trecho abaixo:

Regulamento a que se refere o decreto nº 24.735, desta

data MUSEU HISTORICO NACIONAL SUA ORGANIZAÇÃO

Art. 1 O Museu Historico Nacional, dependente do Ministerio da Educaçao e Saude Publica, terá por fim: (...) c) exercer a inspecção dos Monumentos Nacionaes e do commercio de objecto artisticos historicos.

Parapho unico. Para os fins da inspecção, organizará um catalogo dos edificios de assignado valor o interesse artistico-historico existentes no paiz, propondo ao Governo Federal os que se devam declarar em decreto Monumentos Nacionaes; entrará em entendimento com os governos dos Estados, no sentido de se uniformizar a legislação sobre a protecção e conservação dos Monumentos Nacionaes, guarda e fiscalização dos objectos historico-artisticos, de maneira a caber aos Estados os encargos desse serviço nos respectivos territórios.

(...)

VIII

INSPECÇÃO DE MONUMENTOS NACIONAES

(...) Art. 77. O director geral do Museu Historico Nacional poderá entabolar accordos com quaesquer pessoas naturaes ou juridicas, autoridades ecclesiasticas, instituições scientificas, litterarias ou historicas, administrações estaduaes ou municipaes, etc., no sentido de ser melhor conhecido, estudado a protegido o patrimonio tradicional do Brasil.

Sendo assim, não há motivos claros para a Inspeçao ter começado seus trabalhos justamente indo ao encontro do artigo em que ela tinha menos respaldo. Ainda, a cidade mineira havia sido restaurada na década de 1920, trabalho também coordenado por Barroso. Ou seja, Barroso, mesmo não sendo bem respaldado pela legislação desenvolvida por ele e já tendo, recentemente, feito trabalhos de restauração em Ouro Preto, insiste em desenvolver o primeiro trabalho da Inspeçao na cidade mineira.

A explicação para tal estranho fato, ao meu ver, é: Ouro Preto havia sido considerada Monumento Nacional em 1933, por meio do Decreto-Lei nº 22.928/33, alguns monumentos da cidade foram escolhidos como o primeiro trabalho da Inspeçao, fator que marca o início dos trabalhos nacionais, ponto que reforça a mudança de um governo federalista, para um Estado mais central com políticas nacionais. Escolher Ouro Preto e demais regiões de Minas Gerais era, definitivamente, um marco para todo político que se preocupasse com patrimônio, e foi pensando nisso que Barroso firmou a atuação da Inspeçao na cidade, pois Minas Gerais, à época, era considerada o berço da cultura nacional. Restaurar a cidade, mesmo que alguns monumentos, representava uma política patrimonial de fato efetiva e nacional.

Essa questão é perceptível até em relação ao Sphan, que logo após ser criado e,

um ano depois da finalização dos trabalhos de restauração da Inspetoria (em 1937), decide dar continuidade aos trabalhos na cidade de Ouro Preto no ano de 1938¹², o que aponta, também, indícios que o Sphan anulou, de certa forma, o trabalho feito anteriormente pela Inspetoria. Ao todo, Ouro Preto sofreu três processos de restauração e conservação em um período curto, de meados de 1920 a meados de 1940¹³.

Barroso restaurou construções públicas em Ouro Preto, dentre estas: igrejas, pontes e chafarizes, não se atentando ao resto da cidade como ruas e casas particulares, tendo como justificativa o objetivo de devolver funções e aparências originais aos monumentos históricos. O engenheiro responsável pelos trabalhos foi Epaminondas de Macedo, responsável por outra restauração comandada por Barroso, também em Ouro Preto, anos antes, entre 1928 e 1929, em acordo com o governo de Minas e o município. Segundo Magalhães, teria uma justificativa para que Barroso tenha escolhido estas construções para executar o trabalho de restauro:

Os templos marcam a presença da religião católica como instrumento de integração social e formadora da nacionalidade, por meio da imposição dos referenciais da cultura européia. As pontes e os chafarizes são identificados com a interferência de uma ação do Estado na ordenação da sociedade colonial, pois foram obras públicas realizadas no período em que a metrópole aumentava o controle sobre a colônia. (MAGALHÃES, 2004, p. 91)

O trabalho da Inspetoria em Ouro Preto foi concluído em meados de 1937, porém a partir de janeiro daquele ano a Inspetoria já não existia na teoria, a instituição foi extinta dos documentos oficiais e substituído pelo Sphan criado por meio da lei nº 378/37. Apesar da substituição em janeiro, a regulamentação do trabalho desenvolvido

¹² “*Em relação ao trato da cidade, a partir do SPHAN essa é pensada em seu conjunto. Ouro Preto é integralmente tombada e inscrita no livro de Belas-Artes, sob inscrição no 39, folha 8, 20/04/1938.*” Fonte: BRAGA, Vanuza Moreira. *Relíquia e Exemplo, Saudade e Esperança: o SPHAN e a Consagração de Ouro Preto*. Rio de Janeiro, 2010. P. 87. “*Após a dissolução da Inspetoria, além do aproveitamento de seus levantamentos, o SPHAN incorporou também seus funcionários, Epaminondas de Macedo e Wash Rodrigues. Isso implicou em uma continuação nas atividades, distintamente das demais regiões, onde precisaram ser implantadas.*” P. 92.

¹³ “*A primeira foi sua consultoria (consultoria de Gustavo Barroso) prestada aos trabalhos de restauração de monumentos da cidade de Ouro Preto, no período de 1928 a 1929, sendo contratado diretamente pelo Presidente Antônio Carlos, Governador do Estado de Minas na época.*” Fonte: MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando Relíquias*. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. P. 79; A segunda foi a realizada em 1934 a 1936 pela Inspetoria de Monumentos Nacionais; e, posteriormente o Sphan em 1937.

pelo Sphan só saiu em novembro de 1937 com o Decreto-Lei n° 25/37.

Gustavo Capanema, de origem mineira, foi político estadual antes de assumir a pasta da educação e saúde em 1934. Já na época de político estadual era conhecido como uns dos nomes mais relevantes do grupo de intelectuais mineiros, e tinha fortes aliados, como Francisco Campos, um dos articuladores do golpe de 1930. Capanema ficou conhecido por apoiar a Aliança Liberal, partido que lançou Getúlio Vargas como candidato a presidente antes da vitória de Júlio Prestes.

Cabe salientar que a pertinente relação de Capanema com a *intelligentsia* autoritária da época se embasava na proximidade política e intelectuais anteriores, em especial com Francisco Campos, que havia sido seu amigo e mentor intelectual no período anterior a Revolução de 1930 quando nutriam relações políticas embrionárias, uma vez que Campos era secretário do interior de Minas na gestão de Antonio Carlos, o que lhe incumbia tratar dos assuntos da educação (...) (SILVA, 2010, p. 64)

Quando Campos assumiu seu posto no Rio de Janeiro, deixou Capanema como secretário do presidente de Minas Gerais à época, Olegário Maciel. Capanema viajou diversas vezes ao Rio para tratar de assuntos políticos, dentre eles: a mudança política do país, e como seria este novo governo que rejeita as antigas oligarquias e a descentralização política estatal. Segundo Shwartzman, Campos precisava de um projeto de governo que enfraquecesse a política tradicional do estado e que envolvesse a igreja Católica como fonte de inspiração ideológica e legitimação política. A princípio, seu projeto não foi de sucesso no campo da política de estado, porém a ideia de trazer a Igreja para o regime funcionou e, com isso, na constituinte de 1934, é debatido a questão das “emendas religiosas” na nova constituição.

Mais significativas, no entanto, são as evidências que sugerem que Capanema assumiu o Ministério da Educação e Saúde como parte do acordo geral que então se estabeleceu entre a Igreja e o regime de Vargas, proposto anos antes por Francisco Campos. A parte visível deste acordo foi a aprovação, pela Assembleia Constituinte de 1934, das chamadas "emendas religiosas". A parte não dita (nos documentos de Capanema), mas certamente de consequências mais profundas, foi a entrega do Ministério da Educação a Capanema, como homem de confiança da Igreja e encarregado de levar à frente seu projeto educacional e pedagógico, tal como era expresso através de seu representante leigo mais autorizado, Alceu Amoroso Lima. (SCHWARTZMAN, 2000, p. 65)

Outro importante amigo e aliado político de Capanema foi Alceu Amoroso Lima, modernista, de pseudônimo Tristão de Athaide, e participante da Semana de Arte Moderna de 1922. Amoroso Lima, foi um articulador político de origem conservadora e católica, principalmente para a pasta de educação, ele e Campos foram essenciais para a ascensão de Gustavo Capanema na liderança do Ministério da Educação e Saúde.

Antes de virar ministro do governo em 1934, Capanema e Carlos Drummond de Andrade já eram amigos, eles e demais intelectuais belorizontinos eram denominados como “os intelectuais da rua Bahia”, pois sempre se reuniam na Livraria Francisco Alves, na Rua Bahia em Belo Horizonte, capital mineira fundada a pouco tempo à época. Assim, desde que Capanema entrou no ministério, Drummond de Andrade serviu de ponte entre o ministro e os intelectuais modernistas e, com isso, conseguiu conciliar demandas modernistas com as demandas ministeriais. Segundo Schwartzman:

Basta dizer que os dois, de alguma forma, se complementavam. Capanema, homem de cultura humanística e pretensões intelectuais, dedica-se inteiramente à política sem uma obra intelectual própria que ultrapasse os limites do que os seus diversos cargos exigiam; Drummond, mais do que um simples funcionário público, teria podido, quem sabe, seguir uma carreira política própria, que prefere, aparentemente não realizar, em benefício de sua obra literária. É como se Capanema fizesse a política de Drummond, e este realizasse as ambições intelectuais do chefe e amigo. (SCHWARTZMAN, 2000, p. 42)

Ao assumir o novo cargo, Capanema molda o Ministério da Educação e Saúde de forma única, agradando a si mesmo e ao governo que dependia da elite católica para que o projeto de novo Estado desse certo. Ao mesmo tempo que Capanema concordava com a introdução do catolicismo tradicional e de líderes da pátria para a construção mítica do Estado, através da educação, ele também concordava com a introdução do modernismo, o folclore, artes, artes plásticas e poesia que moldavam a estética do Ministério para que tanto o modernismo e o governo dialogassem. Diante de tantos laços políticos importantes, Capanema consegue permanecer no governo já de início para concretizar o Ministério da maneira adequada para ele e para a elite modernista. Porém, fora os primeiros aliados de governo, Capanema é conhecido por ser um político extremamente articulador.

Neste contexto, nasce o Sphan, a pedido de Capanema, ao enviar a Mário de Andrade uma carta para que ele propusesse um projeto de serviço que se ocupasse da

conservação e preservação do patrimônio brasileiro. Não há uma data certa para o pedido de Capanema para Mário, que à época era diretor do departamento da Cultura de São Paulo, recém-criado por ele e por Paulo Duarte. Sabe-se que Mário de Andrade envia seu anteprojeto no início de 1936 para Capanema e Rodrigo de Mello Franco de Andrade, ou seja, a Inspetoria mal completa 1 ano de existência e é substituída pelo protótipo do Sphan, este já funcionando em uma sala pequena em março de 1936.

Ao se aproximar de modernistas¹⁴ como Mário de Andrade, Capanema percebeu que suas semelhanças de pensamento poderiam resultar em uma política de patrimônio tida como ideal pelo último, sucedendo a Inspetoria “precária”, como foi classificada por Judith Martins, datilógrafa de Rodrigo de Melo Franco de Andrade. Podemos ver essa aproximação de diálogo de Capanema com Mário de Andrade por esse trecho:

As expectativas traçadas por Mário de Andrade almejavam a elaboração da cultura nacional e dirigiam-se ao encontro do poder estatal da pasta de Capanema, pois o envolvimento dos modernistas em suas deliberações e confecções de projetos indicava uma nítida e estreita conexão, uma vez que para o projeto nacional varguista dirigido por Capanema no âmbito cultural as produções modernistas nas áreas do folclore, na poesia, nas artes plásticas e os inovadores projetos arquitetônicos possibilitavam um ponto de encontro entre os modernistas e seu ministério. (SILVA, 2010, p. 92)

Rodrigo de Melo Franco de Andrade desde antes do Sphan existir oficialmente já é designado como diretor do Serviço. Dentre seus primeiros trabalhos, está o realizado em Ouro Preto em 1938, um ano após a finalização dos serviços da Inspetoria. O trabalho realizado pelos modernistas tinha como base o projeto urbanístico da cidade, diferentemente da Inspetoria que teve como principal serviço o de restauração dos monumentos históricos.

O plano urbanístico, liderado por Lúcio Costa, visou a restauração e reconstrução não somente de prédios e monumentos públicos, mas também incluiu casas privadas de cunho histórico, ruas e praças ouro-pretanas. Como símbolo

¹⁴ Foi na Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo, onde surgiram os grupos modernistas. Dois desses grupos tiveram grande relevância intelectual: o movimento Verde e Amarelo; e o movimento Antropofágico. O grupo de modernistas que participou da cúpula de Capanema fez parte do movimento Antropofágico. Fonte: MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando Relíquias*. Rio de Janeiro, 2004.

modernista, foi construído no centro da cidade um hotel¹⁵, que data da época da restauração executada pelo Sphan.

Os modernistas buscavam construir a identidade nacional voltando-se para o interior, valorizando o que poderia ser considerado de mais autêntico. Seus olhares concentraram-se na arte, no valor estético das cidades coloniais, sendo o estilo barroco considerado expressão artística genuinamente nacional (MAGALHÃES, 2004, p. 85)

Além deste símbolo de passagem do órgão pela cidade histórica, há relatos que certos trabalhos realizados pela Inspetoria foram, subitamente, apagados e sumiram¹⁶, a exemplo de placas com o nome da Inspetoria, tal sumiço foi relatado por Epaminondas de Macedo, engenheiro de Ouro Preto que trabalha para a Inspetoria até 1937 e, posteriormente, é chamado para trabalhar no Sphan.

Ponte dos Contos

Resolvi assentar uma placa na Ponte dos Contos comemorando sua restauração(*)

(...)

(*) Esta placa que assinalava o serviço realizado pela Inspetoria de Monumentos Nacionais foi misteriosamente retirada... –

Relatório do engenheiro Macedo, em 12 de novembro de 1936
(Anais do Museu Histórico Nacional Volume V, 1944 p. 156)

Outra curiosidade, é que há relatos de que o Sphan atuava em Ouro Preto no fim de 1936, porém não encontrei documentos que confirmem essa expedição. Posteriormente, o Sphan/Fundação Pró-Memória, lança um catálogo sobre as iniciativas preservacionistas no Brasil, chamado “Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória”, o qual não consta a atuação da Inspetoria em Ouro Preto, como se esta não tivesse executado suas funções entre 1934 a 1937.

Outro fato pertinente para este trabalho, aqui volto a falar de Barroso e a Inspetoria de Monumentos Nacionais, é que Epaminondas de Macedo troca cartas com a secretária de Barroso durante quase todo o trabalho da Inspetoria em Minas Gerais,

¹⁵ Anexo 1: Foto recente do Grande Hotel que funciona no centro de Ouro Preto até a presente data desta monografia. Fonte: <https://teturaarqui.wordpress.com/2010/07/19/o-passado-mora-ao-lado-lucio-costa-e-o-projeto-do-grand-hotel-de-ouro-preto-193840_carlos-eduardo-dias-comas/> acesso: 12/12/2020.

¹⁶ A autora Aline Magalhães explora em seu artigo a insatisfação de Gustavo Barroso por esses apagamentos históricos do registro da atuação da Inspetoria e dele em Ouro Preto. Fonte: MAGALHÃES, Aline Montenegro. Ouro Preto entre antigos e modernos: *A Disputa em torno do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante as décadas de 1930 e 1940*. Rio de Janeiro: ANAIS Museu Histórico Nacional, Volume 33, 2001.

pois Barroso não está no Museu Histórico Nacional – Rio de Janeiro, e nem chega a visitar a cidade na sua ida a Minas Gerais ao participar das campanhas integralistas. Sendo assim, não se sabe ao certo como foi a supervisão de Barroso nos trabalhos realizados na Inspetoria, apesar do relatório de gastos detalhado feito por ele em 1936/37. Segue a carta do Prefeito da antiga capital mineira, João Veloso:

Prezado amigo Dr. Gustavo Barroso, minhas atenciosas saudações. Esperei que o Dr. Passasse por aqui antes de regressar para o Rio pois o Sr. Já me havia prometido vir brevemente a Ouro Preto para estudar as condições de conservação dos nossos monumentos artísticos. Lamento profundamente que assim não tenha sido e estou certo de que motivos imperiosos o impediram de o fazer [...]. Agora não sei quando terei a ventura de vê-lo aqui nos nossos monumentos artísticos e nossas alterosas montanhas. (Anais do Museu Histórico Nacional Volume V, p. 20)

Esse trecho, também, foi relatado por Aline Montenegro Magalhães, no capítulo “De objetos de notável valor a monumentos históricos: a letra e ação preservacionista da Inspetoria de Monumentos Nacionais” – *in*: 90 anos do Museu Histórico Nacional em debate, 2012 – e ela reafirma a decepção do prefeito por Barroso que não visita Ouro Preto em favor das causas da AIB – Ação Integralista Brasileira, da qual Barroso era membro ativo.

Outro trecho de Aline Magalhães, em “Intelectuais e Estado: disputas em torno da noção de patrimônio nacional”, evidencia a diferença entre os pensamentos entre as correntes que circulam a política de patrimônio entre Barroso e os modernistas: “*Noções como a de continuidade histórica, tão cara ao seu ideário, não faziam parte do vocabulário desse grupo, que se consagrou nos anos 30 e 40.*” Ou seja, os modernistas, diferentemente de Barroso, não compactuam com a ideia de continuidade histórica, e sim, com a formação de um “novo Brasil”, ideia que também está no propósito político de Vargas.

Fecho essa vertente ao passo que dou início à próxima, ao relatar que Barroso, apesar de, às vezes, receber apoio de Vargas e ter destaque importante ao longo do governo, seguia a tendência de reafirmação das tradições do Estado, do Exército e das Oligarquias (MAGALHÃES, 2004). Além de ter apoiado Júlio Prestes em 1929 e 1930, motivo que o levou a desocupar sua cadeira como diretor do MHN em 1930 a 1932,

dando lugar a Rodolfo Garcia, Barroso era membro ativo do Movimento Integralista¹⁷, como relatado anteriormente. Participando do movimento, Barroso acreditava que, caso o movimento tomasse poder, ele poderia conquistar cargos mais elevados que almejava, como o de ministro, por exemplo. Apesar da AIB fracassar e ser cassada por Vargas no período do Estado Novo, Barroso nunca foi cassado ou retirado do seu cargo depois de 1932. No fim, Getúlio Vargas também gostaria de um espaço dedicado a ele no Museu Histórico Nacional.

¹⁷ A AIB foi um movimento, liderado por Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale, que surgiu em outubro de 1932 e foi dissolvido por Vargas em meados de 1938. Formado por conservadores de extrema-direita, chegou a ter mais de 800 mil simpatizantes, ficou conhecida como a mais importante organização fascista da História do Brasil, para o movimento, a democracia liberal e o comunismo eram os principais inimigos a serem combatidos. Para Salgado, a total negação da diferença seria o caminho para chegar à igualdade, assim, o todo deixa de ser formado por partes distintas e plurais, tanto politicamente como socialmente. Além disso, para a AIB prevalece a ideia de combate a qualquer possível manutenção de espaços autônomos de sociabilidade. Barroso, era conhecido como o braço antisemita do movimento no Brasil. É válido expor que há quem não considere a AIB um movimento fascista, pois entende-se que o fascismo seria uma expressão particular do estágio de desenvolvimento pleno do modo de produção capitalista o qual o Brasil não se encontrava à época. Os principais responsáveis desta tese, José Chasin e Antonio Rago Filho, consideram a AIB apenas um movimento de extrema-direita. Fonte: MAIO, Marcos Chor. CYTRYNOWICZ, Rodney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao Estado-Novo; Segunda República (1930-1945). Rio de Janeiro: 2019. P. 69-83.

Análise da convergência entre os interesses do governo e os interesses dos modernistas

O foco desta vertente é as relações desses personagens históricos que rodeavam a política de patrimônio, bem como seus envolvimento com Getúlio Vargas e com sua proposta nacionalista de governo.

Durante o governo contitucional e ditatorial de Getúlio Vargas a política foi demarcada pela construção de uma nação dirigida pelo Estado¹⁸, assim, a criação de um órgão de amplitude nacional ia ao encontro de seus interesses para a nação. Como Márcia Chuva descreve no volume 37 dos Anais do Museu Histórico Nacional, 2005, p. 43: “quando esta prática (a preservação do patrimônio cultural) tange a esfera do Estado Nacional, ela ganha nova complexidade, pois o grupo em questão é a própria nação.” Com essa frase, creio que se entende o valor de qualquer campo político à época, sendo cultural ou não, e é exatamente isso que levanto como destaque para a substituição da Inspetoria pelo Sphan nesta segunda vertente. Ao analisar a Inspetoria e a legislação que a regulamenta, é perceptível que ainda não havia um plano concreto de um Estado centralizado e nacional, já que a legislação em questão deixa em aberto o diálogo entre a Inspetoria – órgão nacional – e os estados da federação.

(A Inspetoria) entrará em entendimento com os governos dos Estados, no sentido de se uniformizar a legislação sobre a protecção e conservação dos Monumentos Nacionaes, guarda e fiscalização dos objectos historico-artisticos, de maneira a caber aos Estados os encargos desse serviço nos respectivos territórios. (Parágrafo Único, Capítulo 1 – Decreto nº 24.735/34)

Sendo assim, ao passarmos pelos anos que seguem o governo até 1937, é notório que aqueles que continuam no poder depois da Constituição de 1937 são obrigados a compactuar com seu ideário nacional, até porque trata-se de um regime ditatorial.

Como dito anteriormente, Barroso teria apoiado Júlio Prestes em 1930 e por esse motivo, com a condução de Vargas ao poder com o movimento de 1930, foi

¹⁸ SILVA, Breno Carlos da. *Gustavo Capanema: A Construção das Relações entre a Intelligentsia Nacional e o Estado no Brasil*. Araraquara: Universidade do Estado de São Paulo, 2010, p. 6.

substituído por Rodolfo Garcia. Porém, posteriormente, Barroso volta ao MHN aliado ao ministro Washington Pires e consegue a criação da Inspetoria. Esta teve pouco tempo de atuação e seu caráter nacional foi ofuscado devido ao curto prazo de existência, apesar dos trabalhos em Minas Gerais. Em Ouro Preto, Barroso propôs reformar obras públicas notórias, ao exemplo de Chafarizes e Igrejas, alegando usar verba do próprio MHN, adequando-se à proposta da Inspetoria. Porém, o diretor não acompanhou as obras de perto, deixando Epaminondas de Macedo responsável pelas reformas. Em 1935, durante as restaurações em Minas Gerais, há relatos de que Gustavo Barroso continuava ativo em seus pensamentos integralistas que, claramente, não agradavam a cúpula do governo, já que, depois de instalada a ditadura, Vargas cassava integrantes deste movimento. Barroso se ausenta inúmeras vezes de seu posto no MHN em função das campanhas integralistas¹⁹, especialmente em 1935, quando Epaminondas de Macedo, coordenador das ações da Inspetoria em Ouro Preto, na ausência do Diretor do MHN, chega a trocar diversas cartas com Angyone Costa, funcionária do museu que representava Barroso em suas ausências (MAGALHÃES, 2012). Como visto no capítulo anterior, Barroso é chamado atenção por não comparecer a Ouro Preto como o prometido e largar suas obrigações da Inspetoria a favor de campanhas políticas.

Os documentos indicam que Barroso e Vargas tinham relações amigáveis, os dois eram integrantes da Academia Nacional de Letras. Essa relação estranha, mas amistosa, fez com que Barroso nunca abandonasse o posto de Diretor do Museu Histórico Nacional depois de 1933. Contudo, a análise que perpassa Barroso e chega a Capanema, evidencia a preferência pelo modernista, principalmente, pelas alianças citadas anteriormente. Vargas precisava de alguém que tivesse aliados de interesse para o seu governo. Sendo assim, Capanema teve uma boa base política na esfera federal para dar início aos seus planos na pasta da Cultura.

Vargas não “escolheu” os modernistas, ele optou por aquele que era aliado de

¹⁹ As “bandeiras integralistas” foram marchas integralistas lideradas por Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale, no Nordeste e Sul do país, com o objetivo de difundir as ideias integralistas em todo o país. A concepção de “bandeiras” sugeria um processo de conquista ideológica e interiorização do projeto político integralista em caráter nacional. Gustavo Barroso foi designado como chefe das milícias integralistas e percorreu vários estados, à época, comandando as bandeiras integralistas por Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Maranhão, Ceará, Santa Catarina, Paraná e Pernambuco. Fonte: MAIO. CYTRYNOWICZ, 2019, p. 72

setores e de pessoas necessárias para que a gestão pretendida por ele acontecesse efetivamente. Isso, conseqüentemente, desencadeou no grupo de modernistas que compunham a ampla pasta do Sphan, e marca a cultura no Brasil durante e posteriormente ao governo de Vargas²⁰. Breno Silva em sua tese “Gustavo Capanema: A Construção das relações entre a Intelligentsia Nacional e o Estado no Brasil” aponta a relação de Capanema e Campos como inserção de Capanema no seio do governo de Vargas, como é visível nestes trechos abaixo:

as relações estabelecidas pela *intelligentsia* católica, laica ou não, junto ao Estado Federal no Brasil entre 1934-1945 podem ser analisadas pela mediação executada por Gustavo Capanema no campo educacional- cultural, onde foram demarcadas pela contribuição de projetos, indicações e lutas políticas que abarcavam a intelectualidade na órbita de poder decisório do Estado, que como agente principal do processo de modernização nacional realizava inúmeras medidas, reformas e iniciativas que possuíam como meta maior a construção da moderna nação brasileira por meio da educação. (SILVA, 2010, p. 59)

(...) tal relação (Capanema e Campos) é imprescindível para o entendimento da inserção e articulação de Capanema junto aos anéis de poder do regime varguista. Isso se embasa uma vez que Francisco Campos se tornou nos anos subsequentes um dos mais influentes intelectuais e homens de poder no regime varguista, levando Capanema a reboque, que propagava e defendia o papel centralizador do Estado no processo de modernização brasileira: “*Se o governo é um processo de interpretação da realidade, o que efetivamente é, pois que ele se destina a operar na realidade e sobre a realidade, se esta se alarga e se diferencia, o governo, para abrangê-la e investigá-la, tem necessidade de alargar os seus processos de aperfeiçoar, de rever e de melhorar os seus métodos*”. (...) (SILVA, 2010, p. 66)

Rodrigo Melo Franco de Andrade, apesar de não estar efetivamente presente nas colocações que faço neste trabalho e nem nos apontamentos de Silva, foi também levado “a reboque” por Campos e Mário de Andrade, uma vez que o último o indicou para Capanema ao procurarem um nome para ocupar a diretoria do Sphan²¹. Além disso, Rodrigo Melo Franco de Andrade, antes de se tornar diretor do Sphan, foi diretor de gabinete de Francisco Campos, no período em que Campos ocupou a

²⁰ SILVA, Breno Carlos da. Gustavo Capanema: A Construção das Relações entre a Intelligentsia Nacional e o Estado no Brasil. Araraquara: Universidade do Estado de São Paulo, 2010.

²¹ Nota bibliográfica de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Rodigo%20Melo%20Franco%20de%20Andrade%20-%20Quem%20%C3%A9.pdf>

cadeira de ministro da Educação e Saúde, logo no início do governo provisório¹²². Posteriormente, Campos ocupou a cadeira de ministro da Justiça de Vargas, dias antes do Golpe de Estado de 1937, do qual ele ajudou a arquitetar. Nesta altura, Rodrigo Melo Franco de Andrade já comandava o Sphan que existia há pouco mais de um ano, informalmente.

Baseando-me nas bibliografias contidas neste trabalho, visto que Barroso era integralista e suas concepções acerca de uma política de patrimônio não dialogavam com o discurso modernista, atrelado a uma grande articulação de Capanema e ao seu aval de início de governo, por ser uma pessoa necessária a encabeçar o MES para que Vargas tivesse apoio da elite católica. Direcione-me a pensar que estes foram os motivos para que Capanema buscasse substituir a Inspetoria de Monumentos Nacionais, por uma instituição que fosse mais completa – para que justificasse tal mudança – e com mais recurso público.

Apesar deste contexto político de escolha de Vargas, é importante analisar os propósitos governamentais do presidente com a valorização da cultura, Glaci Teresinha Braga da Silva, explana em seu texto: “A materialização da nação através do patrimônio: o papel do Sphan no regime estadonovista” que o Estado Novo (1937 a 1945) dividiu a responsabilidade sobre a política cultural entre dois órgãos: o Ministério da Educação e Saúde Pública e o Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP, ou seja, Vargas articulou o movimento de intelectuais modernistas, professores, educadores e a propaganda para arquitetar a nova identidade nacional que destinava-se a construir um novo estado nação com uma nova cultura nacional que unia a tradição e conservadorismo com o moderno e cultural. Segue trecho do artigo de Braga da Silva:

O grupo que atuou no SPHAN, apresentado como detentor de um conhecimento técnico que o legitimava para pensar a nação e construir sua identidade, definiu o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional, ao mesmo tempo em que forneceu ao regime do Estado Novo a materialidade necessária a seu discurso nacionalista e modernizador. Naquele momento, os intelectuais sentiam-se aptos e

²²Rodrigo de Mello Franco de Andrade ocupou o posto mais próximo do ministro, o de chefe de gabinete do ministro da Educação e Saúde, no ano de 1932, quando Francisco Campos era ministro do MES, antes de Washington Pires assumir a pasta do MES e Campos seguir para o Ministério da Justiça. Fonte: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001. In: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/rodrigo_melo_franco_de_andrade acesso em: 03/03/2021.

seguros de serem os únicos capazes de fornecer a fundamentação teórica necessária para a construção de nossa identidade. E, além disso, viam a possibilidade de mudanças na instalação de um governo que se definia como novo, acreditando na modernização das relações do Estado com a sociedade, e também na possibilidade de entrada do país no conjunto de nações modernas que lhes servia de parâmetro, principalmente as nações europeias. (BRAGA DA SILVA, 2010, p. 8)

A partir dos apontamentos de Braga da Silva é notório que o presidente apesar ter boas relações com Barroso desde o início da década de 1930, até então em regime democrático, articulava com aliados que não só implementaram um novo regime, mas que, também, forjaram as bases para que um novo conceito de nação fosse perpetuado durante toda uma geração por meio dos mais efetivos veículos de propagação: a educação, a propaganda e a cultura.

Com o reconhecimento do patrimônio é possível determinar as versões oficiais da história, por exemplo: Ouro Preto como berço da história colonial brasileira. Assim, a educação, a propaganda e a cultura passaram a ser discursos para legitimar as ações políticas que saíram do escopo de seus ministérios para compor um projeto político de estado, compondo a memória e identidade da comunidade imaginada brasileira.

Em relação à implantação das políticas culturais, o MES contou com a participação de um grupo de intelectuais ligado ao movimento Modernista, que passou a exercer papel importante em relação à produção e à organização da cultura nacional. Eram detentores do que Michel Foucault denominava de um dispositivo de verdade, referindo-se à posição ocupada pelos intelectuais que definem o que é verdadeiro “[...] atribuindo ao verdadeiro efeito específicos de poder [...]”⁸³. Esse dispositivo os autorizava a atuarem como “organizadores” da sociedade, ocupando um lugar estratégico no regime e contribuindo para a transformação da diversidade cultural na unidade necessária à nacionalidade brasileira.

Foram estes intelectuais ligados ao ministro Capanema — Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Lúcio Costa e Rodrigo de Melo Franco de Andrade — que atuaram imbuídos do desejo de definir a nação e seu povo, e assumiram cargos estratégicos na criação de mecanismos que dessem conta de interpretá-la a partir de um discurso estatal que pressupunha a homogeneidade cultural. (BRAGA DA SILVA, 2010, p. 42)

Apesar da importância política da cultura para Vargas, o sucesso do Sphan dialoga com o sucesso de Capanema, que por tantas articulações políticas faz de seu ministério o que “abarcava o maior número de funcionários civis” (SILVA, 2010, p. 36). A conjuntura desses fatores explica o porquê da substituição de tal instituição por outra: Capanema tem força política suficiente para tal mudança, contanto que essa

mudança fosse adequada ao governo, e estava.

Desta maneira, o Sphan começa a funcionar, um ano antes da lei que reestrutura o Ministério, a Lei nº 378/37. O Serviço nasce de forma provisória já no início de 1936, como é relatado na entrevista que Judith Martins concedeu em 1984 para o Iphan. Ela conta que começou a trabalhar para o Rodrigo Melo Franco de Andrade em abril de 1936 em uma repartição, onde seria o provisório Sphan, “batendo o catatau do Mário de Andrade”²³, em outras palavras, o Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (Span) que já estava pronto àquela altura. Rodrigo Melo Franco de Andrade foi diretor do Sphan desde seus primórdios.

Como mostra Maria Cecília Londres Fonseca em seu livro “O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil”, Heloísa Torres, diretora do Museu Nacional à época, troca cartas ao longo de 1936 com Rodrigo Melo Franco de Andrade, pois discordava das configurações que Mário de Andrade tinha dado aos museus no anteprojeto. O trecho não cita diálogos com Barroso, o que me leva a crer que se houve diálogo, foi pouco, já que outras autoras como Aline Montenegro Magalhães e Márcia Chuva relatam em suas obras pouco diálogo e rixa entre os dois principais grupos responsáveis por patrimônio à época, Barroso e os modernistas²⁴. Márcia Chuva chega a citar, nos anais do MHN de 1948, que Barroso expressou forte rancor e amargura sobre o esquecimento e não reconhecimento dos trabalhos desenvolvidos pela Inspeção e por ele na busca pela proteção, conservação e restauração dos patrimônios nacionais. É notório a exclusão da Inspeção pelo grupo responsável pelo Sphan ao analisar toda a bibliografia constante neste trabalho.

Sendo assim, fica claro que o diálogo com aqueles da área era necessário para os modernistas, como o exemplo do Museu Nacional, porém apesar da relevância de Barroso e seus feitos no MHN, a Inspeção era algo passageiro que iria ser “abocanhado” pelo Serviço, como se esta já tivesse caráter provisório desde sua criação. Os modernistas, assim como Judith Martins apresenta na entrevista, acreditavam que Barroso trabalhava muito precariamente na Inspeção.

Ao analisar a entrevista de Judith Martins, é possível notar que o Sphan, além

²³ MARTINS, Judith. *Série Memórias de um Patrimônio: entrevista com Judith Martins*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, 2010.

²⁴ MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Ouro Preto entre antigos e modernos: A Disputa em torno do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante as décadas de 1930 e 1940*. Rio de Janeiro: ANAIS Museu Histórico Nacional, Volume 33, 2001.

de ser articulado por Capanema, tinha total apoio de Vargas já de início. Veja o trecho retirado da página 35, “ LCF – O Getúlio vinha visitar o Patrimônio?” “JM – Vinha aqui várias vezes. Eu o conheci pessoalmente, aqui nesta sala. Eu o vi uma vez só.”(...). No começo da entrevista, ela relata a divisão inicial do Sphan, o secretário de Rodrigo Melo Franco de Andrade era indicação do presidente, o pintor Oswaldo Teixeira. Vargas não só concordava com a nova entidade, como frequentava o Serviço e indicou alguém de sua confiança para estar lá. Apesar da indicação, Teixeira e Rodrigo Melo Franco de Andrade não se davam bem. Ambos tinham sido escolhidos por Vargas para ocuparem o Conselho Consultivo do Sphan, o que demonstra²⁵ que mesmo com pontos de vistas políticos distintos, Vargas reconhecia o arcabouço intelectual de Barroso para o escolher como membro efetivo do CC do principal órgão da cultura nacional²⁶.

Direciono-me a pensar que se a Inspetoria não era de agrado de Capanema, por divergências acerca da política de patrimônio, não há motivo para o propósito de mudar as rédeas da política patrimonial não ser efetivo. Ainda mais quando temos uma pessoa como Barroso, de pensamento integralista, e Capanema, aliado de Francisco Campos ²⁷. Apenas mais razões para excluir Barroso de tais ações.

Apesar da continuidade das políticas desenvolvidas pelo Sphan e o Ministério da Educação e Saúde no governo ditatorial, estes, também, passaram por provações durante o governo ditatorial. Capanema atravessou o Estado Novo amenizando diferenças entre o governo - com o que Vargas esperava de suas atitudes no Ministério - e o que os modernistas pretendiam implementar dentro das áreas da Cultura e Educação. Um exemplo da fluidez política na transição de Estado provisório para Estado Novo foi a reafirmação de Capanema em defesa do Estado, quando descobriu que Francisco Campos, aliado de longa data, cogitou substituí-lo em 1937 (SILVA, 2010, p. 68).

Capanema permaneceu no poder equilibrando as vontades modernistas com os objetivos de Vargas e aliados. A exemplo da discordância entre Capanema e seu chefe de gabinete, Carlos Drummond de Andrade, modernista, segue essa carta apresentada

²⁵ MARTINS, Judith. Série Memórias de um Patrimônio: entrevista com Judith Martins. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, 2010.

²⁶ _____ Idem. 2010.

²⁷ SILVA, Breno Carlos da. Gustavo Capanema: A Construção das Relações entre a Intelligentsia Nacional e o Estado no Brasil. Araraquara: Universidade do Estado de São Paulo, 2010.

em “Os Tempos de Capanema” de Shwartzman, Bomeny e Costa, em trecho que trata das diferenças entre Capanema e Drummond:

Meu caro ministro e amigo,
Às 5 horas da tarde, subindo no elevador do ministério, e cruzando com os colegas do gabinete que desciam para assistir à conferência do Alceu, fiz um rápido exame de consciência e verifiquei que eu não podia fazer o mesmo, ou antes, que eu não devia fazer o mesmo. Uma outra conclusão, logo, se impôs: não podendo participar de um ato público, promovido pela autoridade a que sirvo, e que visava afirmar, mais do que uma orientação doutrinária, um programa de ação do governo, eu não só deixava de servir a essa autoridade como lhe criava mesmo uma situação desagradável. É verdade que minha colaboração foi sempre prestada ao amigo (e só este, de resto, lhe perdoaria as impertinências de que costuma revestir-se), e não propriamente ao ministro nem ao governo, mas seria impossível dissociar essas entidades e, se eu o conseguisse, isto poderia servir de escusa para mim, porém não beneficiaria o ministro. É verdade, ainda, que não tenho posição à esquerda, senão apenas sinto por ela uma viva inclinação intelectual, de par com o desencanto que me inspira o espetáculo do meu país. Isso não impede, antes justifica, que eu me considere absolutamente fora da direita e alheio aos seus interesses, crenças e definições. *Aí* está a razão por que me julguei impossibilitado de ouvir o meu amigo pessoal Alceu. Não tendo jamais escondido o que fica dito *aí* atrás, eu me vexaria de ocultá-lo agora que o art. 113 da Constituição é letra morta. Ora, a minha presença na conferência de hoje seria mais, talvez, do que silenciar inclinações e sentimentos. Poderia ser tida como repúdio a esses sentimentos e inclinações. Por isso não fui ao Instituto. Não sei se você o terá notado. Outros, talvez, se lembrarão de chamar a sua atenção para o fato. E é prevendo isso que eu venho pô-lo inteiramente à vontade para qualquer gesto ou providência que lhe ocorra tomar. Receio muito que, por circunstâncias alheias à minha abstenção em matéria político-doutrinária, eu acabe por desservi-lo. E isto eu não desejo por forma alguma. Daí esta carta, que tem o mais razoável dos propósitos: o de não permitir que, para não magoar o amigo, você ponha em risco a sua situação política e, mesmo, a sua posição moral em face do governo. O amigo está intacto e continua a desejar-lhe bem. Dispensado o diretor de gabinete (e que irritante diretor de gabinete tem sido o seu), você ainda conservará o amigo, teimoso e afetuoso, que o abraça fraternalmente. (SILVA, 2010)

Drummond, como amigo de Capanema, trabalhava como chefe de gabinete do então ministro, auxiliando-o com as divergências entre a cúpula varguista – dentre eles: Alceu Amoroso Lima e Francisco Campos – e os intelectuais modernistas, que dependiam do ministério para que suas ideias fossem transformadas em práticas. Drummond e Capanema juntos equilibram o jogo político entre o conservadorismo e o modernismo, muitas vezes discordando entre si. Porém, conseguem estabelecer um

ministério forte e transformar o modernismo conservador um símbolo da política do governo de Vargas.

O presidente, por sua vez, reconheceu o papel dos intelectuais brasileiros na “redescoberta do Brasil” (SILVA, 2010, p. 64) como protagonistas da construção científica da identidade brasileira e na parte do desenvolvimento da propaganda nacionalista para que o plano de modernização do Brasil se tornasse real. Como visto anteriormente, para ele, os intelectuais modernistas auxiliavam na construção do novo Brasil, instaurado por Vargas em 1930. Com isso, várias personalidades intelectuais à época foram postas ao lado do Estado pela sociedade, pois o próprio Estado e essas personalidades aliadas ao governo demonstravam-se responsáveis pela nova identidade cultural brasileira.

Análise normativa – 1930 a 1937

Pretende-se, por meio desta última vertente, deixar claro que a legislação do período acerca do tema não justifica, porém complementa o entendimento acerca do assunto e dos acontecimentos de 1930 a 1937.

De forma cronológica, iniciou com a elevação de Ouro Preto a Monumento Nacional em 1933, decreto nº 22.928, que propôs a defesa do patrimônio artístico da nação como dever do poder público. Ouro Preto foi a primeira cidade do Brasil a ser elevada a monumento nacional e única cidade a ter este posto até 1945, quando a cidade de Mariana, vizinha a Ouro Preto, ganhou tal título pelo decreto-Lei nº 7.713/45. Sendo assim, por ser a primeira cidade a ter tal elevação é notório a importância da cidade como símbolo nacional, o que justifica a preocupação imediata em preservar e conservar, partida de Barroso com a Inspetoria. Porém, como a cidade já havia sido restaurada em 1928 a 1930, inclusive com a colaboração de Barroso, em parceria com o governo local, e foi novamente restaurada em 1934 a 1937 pela Inspetoria, e posteriormente em 1938 pelo Sphan, é perceptível que Ouro Preto não só precisou de restauro e conservação, mas, também, é símbolo de políticas patrimoniais efetivas, ou seja, para ter reconhecimento nacional, o trabalho de restauração teria que passar pela cidade. Segue o *caput* do decreto:

O Chefe do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições contidas no art. do decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930;

Considerando que é dever do Poder Público defender o patrimonio artístico da Nação e que fazem parte das tradições de um povo os lugares em que se realizaram os grandes feitos da sua história;

Considerando que a cidade de Ouro Preto, antiga capital do Estado de Minas Gerais, foi teatro de acontecimentos de alto relevo historico na formação da nossa nacionalidade e que possui velhos monumentos, edífcios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras d'arte, que merecem defesa e conservação;

Em 1933, ocorreu a Sétima Conferência Internacional Americana que delegou postulados em favor à proteção das Instituições Artísticas, Científicas e Monumentos Históricos, em que o Brasil participou e assinou. Postulados esses que desencadeariam no Pacto Roerich de 1935. Em 1933, a conferência exigia dos governos uma lista dos monumentos para os quais desejavam a proteção.

As Altas Partes contactantes, animadas do desejo de transformar em convenção os postulados da Resolução aprovada a 16 de Dezembro de 1933 por todos os Estados representados na Setima Conferencia Internacional Americana, realizada em Montevideo, que recommendou "aos Governos da America, que o não tivessem feito, a assignatura do "Pacto Roerich", iniciado pelo "Museu Roerich" dos Estados Unidos (...) Art. IV "Os Governos signatarios e os que adheriram ao presente tratado enviarão á União Panamericana, no acto da assignatura ou do adhesão, ou em qualquer época posterior, uma lista dos monumentos e instituições para os quae desejem a protecção outorgada por este tratado (DECRETO No 1.087, DE 8 DE SETEMBRO DE 1936)

Posteriormente, ao analisar o decreto nº 24.735, da Inspeção de Monumentos Nacionais, é visível que uma das suas principais funções era a elaboração de uma lista de monumentos, que infelizmente nunca existiu, como é analisado nos feitos da Inspeção, no volume "V" dos Anais do Museu Histórico Nacional.

Como o decreto nº 24.735 foi outorgado um ano depois da conferência, creio que o evento tenha influenciado nas funções da IMN, já que o Brasil assinou os postulados. Como disse anteriormente, Rodolfo Garcia pede a criação da Inspeção em 1931, porém de acordo com as fontes, não encontrei análises relativas a este documento. A Inspeção só foi surgir depois de 1933, ou seja, depois dos postulados assinados pelo Brasil em que o país foi obrigado a tomar providências acerca da preservação do patrimônio em um futuro próximo.

Cabe ressaltar que no período em que Rodolfo Garcia era diretor do Museu Histórico Nacional, o Ministério da Educação e Saúde era comandado por Francisco Campos. Este fator não justifica a não concretização da ideia de Rodolfo Garcia, pois como Campos foi um dos idealizadores do Estado Novo, direciono-me a pensar que este compactuava com a ideia da cultura, educação e propaganda como articuladoras da nova identidade brasileira. Assim, é visível que a conferência se tornou uma fonte de pressão externa ao Brasil para que fossem tomadas medidas relacionadas à política de patrimônio nacional.

Em 1934, a Comissão Internacional dos Monumentos Históricos pressionou o Brasil para que apoiasse o projeto sobre a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Gustavo Barroso representou o país na comissão, sendo escolhido por Washington Pires, ministro da Educação e Saúde à época. Desde o início do ano de

1934, Barroso já apresenta pareceres acerca dos projetos de cooperação internacional para a proteção do patrimônio. A participação do Brasil na Comissão também favoreceu a criação da Inspetoria.

Em 14 de julho de 1934, criou-se pelo decreto nº 24.735 a Inspetoria de Monumentos Nacionais vinculada ao Museu Histórico Nacional, e em 16 de julho de 1934 foi outorgada a Constituição Democrática de 1934, sendo a primeira vez que a preservação do patrimônio é constitucionalmente mencionada como dever. O artigo constante nessa constituição foi outra consequência provinda da pressão externa ocorrida na conferência e comissão, anteriormente mencionadas, pois fez com que a preservação ao patrimônio fosse considerada um assunto nacional de Estado.

Art. 10 - Compete concorrentemente à União e aos Estados:

III - proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte;

(...)

Art. 148 - Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.

Em 15 de abril de 1935, o Brasil assinou o Pacto derivado da Sétima Conferência Internacional Americana (1933), o Pacto Roerich. Logo depois, sem data precisa, Capanema pediu que Mário de Andrade desenvolvesse um projeto para a defesa do patrimônio nacional, Mário de Andrade desenvolve o anteprojeto que dará origem ao decreto-Lei nº 25 em que regulariza as funções do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (Span) que se tornou, posteriormente, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), ao adicionar o termo “Histórico”. Veja aqui, que apesar do Decreto-Lei nº 25 ter sido outorgado em novembro de 1937, as funções, deveres e princípios do Sphan, já eram definidos por Mário de Andrade e, posteriormente pela equipe de Rodrigo Melo Franco de Andrade, desde o início de 1936.

Em 8 de Setembro de 1936, foi publicado o decreto nº 1.087 que promulgou o tratado para proteção das Instituições Artísticas, Científicas e Monumentos Históricos (Pacto Roerich) firmado em 1935. No fim de 1936, existiu um Projeto de Lei de número 511, o qual não tive acesso, que foi o “meio do caminho” entre o anteprojeto e

o decreto-lei 25, decreto este que só foi publicado em novembro de 1937.

Finalmente, em janeiro de 1937, foi criado o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pela Lei nº 378/37, o qual tratou dos deveres e funções do Ministério da Educação e Saúde, dentre eles as funções do Museu Histórico Nacional, porém sem citar a Inspetoria de Monumentos Nacionais, ou seja, oficialmente a Inspetoria, por não constar mais dentro da estrutura do MHN, é excluída das políticas de patrimônio nacionais a partir de então

Em 10 de novembro de 1937 foi outorgada a constituição do Estado Novo. Veja que a constituição de 1937 traz em seu artigo 134 o patrimônio nacional, reafirmando o caráter ditatorial e centralizado do governo, como foi explanado no capítulo 2 desse trabalho, diferentemente do artigo 148, visto anteriormente, que traz o patrimônio apenas como artístico. Artigo 134 referente ao patrimônio:

Art. 134 - Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

Vinte dias depois, em 30 de novembro de 1937, foi publicado o Decreto-Lei 25, que regularizou as funções do Sphan e sua legitimidade nas atuações acerca do patrimônio nacional. Em 1937, apesar não consta mais nos relatórios de atividades do Ministério da Educação e Saúde, esta só deixa de existir de fato no fim das obras de preservação e restauração em Ouro Preto, já quase sem verba para finalizar o que foi planejado em 1935²⁸.

Com essa vertente quis apontar que apesar de toda a disputa política e ideológica por trás do tema, como discutido anteriormente, havia sim uma cobrança externa ao Brasil para que o país tomasse qualquer atitude em relação à preservação do patrimônio nacional e, também, por causa disso, o Brasil começou a tomar atitudes sobre o assunto, pois aqui também tinha gente interessada em tornar o patrimônio uma preocupação nacional - de Estado - e que essas conferências e acordos que ocorreram fora do Brasil deram forças para aqueles que gostariam de implementar políticas do tipo dentro do país.

²⁸ MAGALHÃES, Aline Montenegro. Colecionando Relíquias. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. P. 107

Considerações Finais

Com as 3 vertentes apresentadas, o foco principal desse trabalho é mostrar que a Inspetoria de Monumentos Nacionais foi substituída pelo Sphan por dois principais motivos — ideológico e nacionalista — e que ainda neste período houve pressão externa para que o Brasil tomasse alguma atitude em relação ao tema, como a conferência que derivou no Pacto Roerich, e a Comissão Internacional de Monumentos Históricos, análise normativa.

A pesquisa empreendida nos mostra que há diversas razões para se explicar uma pergunta de cunho histórico, e assim procurei ao longo das análises, subsidiada pela metodologia aqui escolhida, os vestígios percebidos nas fontes selecionadas de modo que fosse possível estabelecer análises com o intuito de procurar respostas à questão de pesquisa proposta no início dessa caminhada. Creio que cada uma das vertentes complementa a resposta à pergunta de início, para entendermos com maior clareza tudo que estava acontecendo ao mesmo tempo, tanto em relação às demandas internas e externas que o governo tinha para tomar atitudes acerca do tema, quanto às questões ideológicas que se faziam presentes e mascararam uma política de estado, também existente, que marcou aquele período histórico em todos os setores: a adequação dos projetos do governo ao um projeto de “Estado-Novo”.

Percebi também ao longo da pesquisa, que a disputa entre a Inspetoria e o Sphan permeava muito mais Gustavo Capanema do que Rodrigo Melo Franco de Andrade, e que, ao final, a disputa entre Capanema e Barroso já estava ganha, pois Capanema era ministro do Ministério da Educação e Saúde e tinha aliados políticos fundamentais para Vargas, além de todo seu carisma e comunicação aflorada. Barroso, apesar de ter pontos negativos que facilmente o derrubavam na disputa, como ser integralista por exemplo, não era de tudo rejeitado pelos modernistas e Getúlio Vargas, pelo contrário, era notória sua participação na área de patrimônio e seus feitos não foram esquecidos, apenas preteridos, e com o contexto que abarcou a ascensão de Capanema no poder, creio ser entendível.

Acerca do Sphan ter apagado a relevância da Inspetoria, vejo como a única maneira de se fazer política ao estilo do Estado-Novo, e que por mais que este tenha acabado em 1945, o Sphan não mediu esforços para mudar. Afinal, o Sphan e seu

diretor, já eram conhecidos nacionalmente por suas ações em relação à preservação do patrimônio, que marcou o governo de Vargas por ser um de seus grandes feitos. Sendo assim, não tem porquê depois de toda a fama, a própria instituição revisar seu passado para dizer que o início não foi começado por eles e, além disso, os modernistas, mesmo anos depois, consideravam a Inspetoria como uma tentativa precária de tentar conservar e preservar o patrimônio nacional, como foi apresentado por Judith Martins.

Também, conclui que a demonstração do uso de intelectuais para legitimar a ditadura é, sem dúvidas, a representação da importância da educação e cultura ao tratar de projetos de governo. A análise fundamentada no governo Vargas mostra a consolidação de um governo e de instituições por meio da memória brasileira reconstruída por um grupo de pessoas, que estavam unidas a uma instituição cristã, para apagar e acender as diversas facetas do passado brasileiro em favorecimento delas próprias. De certa forma, essas opções do Sphan sobre o que é ou não passado brasileiro, falando aqui do contexto analisado no trabalho, é legítimo. Pois, apesar do Sphan decidir isto na prática, o órgão estava subordinado a um projeto de estado que envolvia a reescritura da identidade nacional.

Espero que essa pesquisa possa, minimamente, ajudar outros interessados no tema, ao mostrar a reafirmação da vitória pelos interesses políticos. Creio que ainda há muito o quê pesquisar sobre a história do patrimônio brasileiro, suas conquistas e seus entraves.

Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexão sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1983 (2008).

BARROSO, Gustavo. A Força de Tiradentes. In: BARROSO, Gustavo. *Anais do Museu Histórico Nacional volume II*. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1941.

BARROSO, Gustavo. A Defesa do Passado. In: BARROSO, Gustavo. *Anais do Museu Histórico Nacional volume IV*. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1943.

BARROSO, Gustavo. Documentário da ação do Museu Histórico Nacional na defesa do Patrimônio Tradicional do Brasil. In: BARROSO, Gustavo. *Anais do Museu Histórico Nacional volume V*. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1944.

BARROSO, Gustavo. O Culto da Saudade. In: BARROSO, Gustavo. *Anais do Museu Histórico Nacional volume 29. Edição Comemorativa dos 75 anos do Museu Histórico Nacional*. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1997.

BRAGA, Vanuza Moreira. Relíquia e Exemplo, Saudade e Esperança: o SPHAN e a Consagração de Ouro Preto. Rio de Janeiro, 2010.

BRASIL. Constituição Dos Estados Unidos Do Brasil, 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>.

BRASIL. Decreto-Lei nº 22.928 de 12 de julho de 1933. Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, DF, jul. 1933.

BRASIL. Decreto-Lei nº 24.735 de 14 de julho de 1934. Aprova, sem aumento de despesa, o novo regulamento do Museu Histórico Nacional. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, DF, jul. 1934.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.087 de 8 de setembro de 1936. Promulga o Tratado para a proteção das Instituições Artísticas, Científicas e Monumentos Históricos (Pacto Roehch). Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, DF, set. 1936.

BRASIL. Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, DF, jan. 1937.

BRASIL. Constituição Dos Estados Unidos Do Brasil, 10 de novembro de 1937. Disponível

em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>.

COSTA, Júlia Fúria. *O “Culto da Saudade”: História e passado na criação do Museu Histórico Nacional (1922-1924)*. Brasília, 2013.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Intelectuais e Estado: Disputas em torno da noção de patrimônio nacional*. Rio de Janeiro: ANAIS Museu Histórico Nacional Volume 37, 2005

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 - 1940)*. Risco Original, Rio de Janeiro, RJ, Editora UFRJ, 2009.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001. In: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/rodrigo_melo_franco_de_andra_de> acesso em: 03/03/2021.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc Iphan, 2005.

GINZBURG, Carlos. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*. Editora Schwarcz Ltda. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 11ª edição, 2006.

HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016.

LIMA, Tereza Cristina. *A Ação Política dos Intelectuais no Brasil (1930-1945)*. Monografia (especialização) - Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo. Brasília, 2008.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Ouro Preto entre antigos e modernos: A Disputa em torno do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante as décadas de 1930 e 1940*. Rio de Janeiro: ANAIS Museu Histórico Nacional, Volume 33, 2001.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando Relíquias*. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro. BEZERRA, Rafael Zamorno. *De objetos de notável valor a monumentos históricos: a letra e a ação preservacionista da Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937)*. In: 90 anos do Museu Histórico Nacional em debate (1922-2012). Rio de Janeiro: Editora Gráfica Ltda, 2014.

MAIO, Marcos Chor. CYTRYNOWICZ, Rodney. *Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil*. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao Estado-Novo; Segunda República (1930-1945)*. Rio de Janeiro: 2019.

MARTINS, Judith. *Série Memórias de um Patrimônio: entrevista com Judith Martins*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, 2010.

MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. *No Norte da Saudade: Esquecimento e memória em Gustavo Barroso*. São Paulo, 2006.

Nota bibliográfica de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Rodigo%20Melo%20Franco%20de%20Andrade%20-%20Quem%20%C3%A9.pdf>

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. *O Conservadorismo a serviço da memória: tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: PUC-Rio 2003

SCHWARTZMAN, Simon. BOMENY, Helena Maria Bousquet. COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *“Tempos de Capanema”*. São Paulo: Paz e Terra - Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SILVA, Breno Carlos da. *Gustavo Capanema: A Construção das Relações entre a Intelligentsia Nacional e o Estado no Brasil*. Araraquara: Universidade do Estado de São Paulo, 2010.

SILVA, Glaci Teresinha Braga da. *A materialização da nação através do patrimônio: o papel do Sphan no regime Estadonovista*. Porto Alegre: Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.

Anexos:

(1) - Foto recente do hotel "Grande Hotel", projetado por Oscar Niemeyer em 1937. Ouro Preto, 2010. <https://teturaarqui.wordpress.com/2010/07/19/o-passado-mora-ao-lado-lucio-costa-e-o-projeto-do-grand-hotel-de-ouro-preto-193840_carlos-eduardo-dias-comas/>. Acesso: 12/12/2020.



Declaração de Autenticidade

Eu, Juliana Gonçalves Ribeiro de Carvalho, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “ A criação do Sphan: disputa em torno da política patrimonial no governo Vargas” foi integralmente por mim redigido, e que assinali devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília – 01/04/2021



Juliana Gonçalves Ribeiro de Carvalho